

Prédios históricos de Vitória serão preservados

Tombamento atinge 55 imóveis

Os 55 imóveis que a Prefeitura de Vitória pretende tornar são distinguidos pelo Plano Diretor Urbano (Lei Municipal 3.158/84) em três tipos: aqueles para os quais se recomenda "preservação integral primária", os que requerem "preservação integral secundária" e os que merecem "preservação ambiental".

A lista original de imóveis é maior, porque inclui quatro já demolidos (as três casas derrubadas pelo Tribunal de Justiça na rua Muniz Freire e mais uma residência na rua Serrat) e dois tombados pelo CEC (a Fafi e o antigo prédio da Secretaria de Administração).

Para o tombamento, a prefeitura tem que notificar os proprietários, conforme o caso, "pessoalmente, por carta registrada ou por edital", apresentando "os fundamentos de fato e de direito que justificam e autorizam o tombamento", acompanhados da descrição dos imóveis. Os proprietários têm um prazo de 30 dias para se opor à medida através de impugnação. Ela será encaminhada ao Conselho Municipal do PDU, que em 15 dias decidirá se mantém o tombamento ou se acata a impugnação.

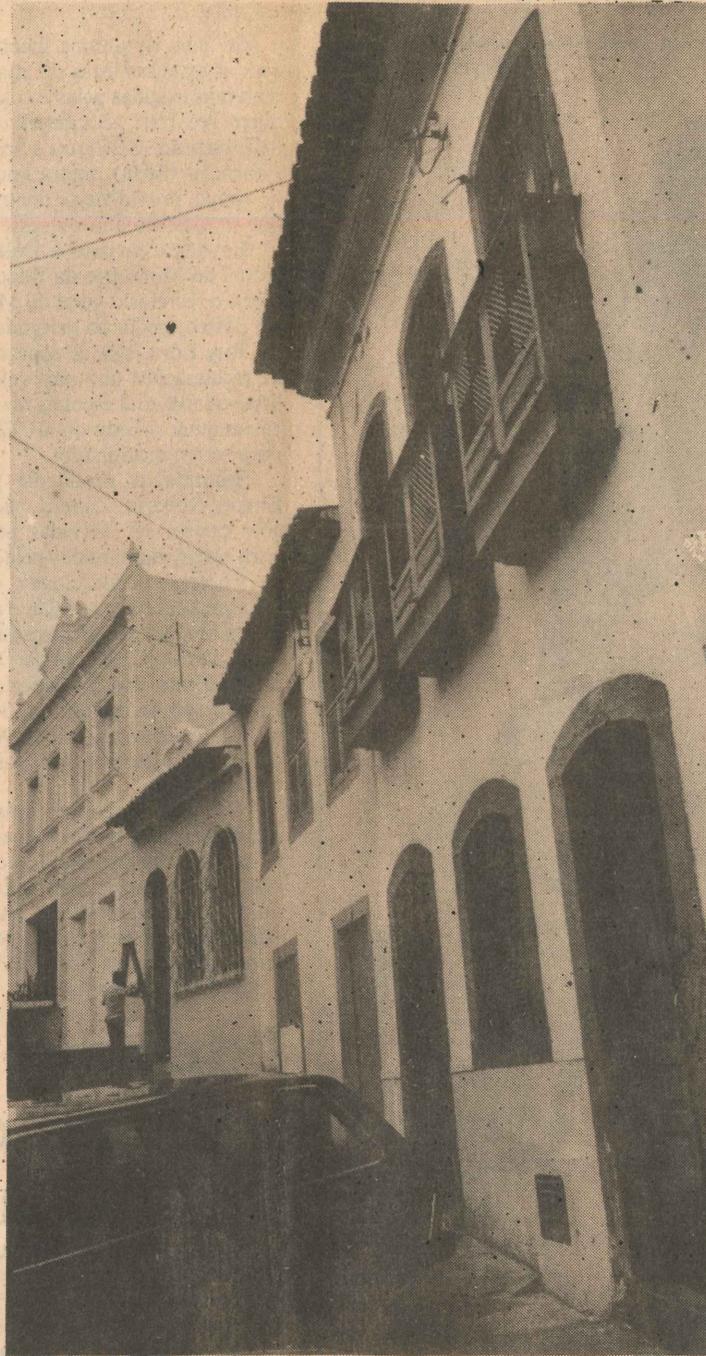
O PDU também esclarece as diferenças entre os vários graus de proteção: "Preservação integral primária para as edificações, obras e monumentos que apresentam importância histórica e sócio-cultural e possuem características originais, sem que haja descaracterização significativa. Preservação integral secundária para as edificações, obras e monumentos que, embora tenham sido descaracterizados, devem ser objeto no seu exterior de restau-

ração total e no interior de restauração total ou de adaptação às atividades. Preservação ambiental para as edificações, obras, monumentos e logradouros vizinhos ou adjacentes às edificações de interesse de preservação integral, com vistas a manter a integridade paisagística e arquitetônica do conjunto em que estejam inseridos".

Assim, o PDU propõe a preservação primária da Ponte Florentino Avidos e do viaduto sobre a rua Caramuru. A preservação secundária para o terminal de hidroaviões, em Santo Antônio; a Clínica Santa Angélica, na rua 23 de Maio; para o Cineteatro Glória e três outras edificações na avenida Jerônimo Monteiro; o Clube de Regatas Saldanha da Gama; e as casas n.ºs 1 e 7 na rua José Bonifácio; n.ºs 313 e 329 da Marcos de Azevedo; 210 e 222 da Thiers Veloso; 184 e 420 da avenida República; o Hotel Império, na rua Sete de Setembro; a Escola Técnica de Comércio Capixaba; um sobrado sem número na Dionizio Rozendo; as residências de n.ºs 23, 31, 55, 63 e 133 da rua Muniz Freire; n.ºs 76 e 88 da Pedro Palácios; 38 e 44 da Praça João Clímaco; 431 e 193 da rua José Marcelino; 183 e 310 da Duque de Caxias; 12, 20, 24 e 36 da rua do Rosário; 40 da Desembargador O'Reilly; e 220, 222, 226 e 230 da Praça Costa Pereira.

No grau de preservação ambiental, estão na relação as seguintes edificações: 49/51 e 117 na rua Muniz Freire; 41, 43, 46, 52, 58, 68/72 e 78 na Erothildes Rozendo; as edificações n.ºs 690/94 e 675 na avenida Jerônimo Monteiro; e 40 na Dionizio Rozendo.

Fotos de Chico Guedes



Sylvio Costa

A Prefeitura de Vitória está tentando conseguir recursos para preservar os 55 imóveis da cidade considerados pela legislação municipal como "de importância histórica e sócio-cultural". Ainda não existe um prazo formal para notificar os proprietários desses bens, com vistas ao seu tombamento. Mas o prefeito Hermes Laranja acredita que isso pode ser feito a partir de março.



Na rua Muniz Freire, a garagem do Judiciário onde havia um prédio

**“Quem me dera, ao menos uma vez,
Explicar o que ninguém consegue entender:
Que o que aconteceu ainda está por vir
E o futuro não é mais como era antigamente”**
(Índios, de Renato Russo)

APARTAMENTOS
240 MIL

BANESTES
Crédito Imobiliário S.A.



Duas antigas casas da rua José Marcelino, no centro, integram a lista dos imóveis que serão tombados pela prefeitura, sem prejuízo para seus proprietários, como garante Maria de Lourdes, da PMV

Como sugere o rock estonteante do conjunto brasiliense Legião Urbana, o futuro está aí. A sua presença pode ser detectada na informática, nos vídeo-clubes, na corrida nuclear, nos sex shoppings e nesse nihilismo tão em voga ultimamente. A "chegada do futuro" parece algo tão óbvio para certos observadores do comportamento social que foi inclusive verbalizada na expressão "pós-modernismo".

Em Vitória, o futuro vai tomando conta da situação sem pedir licença a ninguém. E transforma essa que é uma das mais antigas cidades brasileiras não apenas em beneficiária das inovações mas também em vítima da destruição. Casas desabam, despencam monumentos e, em nome do progresso, os espigões monopolizam a paisagem.

O desaparecimento do nosso patrimônio histórico é um problema inteiramente conhecido pelos órgãos competentes porque vem sendo denunciado há anos. Nesse terreno, porém, as autoridades só costumam agir sob insistente pressão. Só que agora existe pelo menos uma razão para ser otimista. A Prefeitura de Vitória promete tomba 55 imóveis representativos da história da ilha. Com uma novidade, aliás: 53 deles são particulares.

Quatro anos depois...

Para uma cidade fundada em 1551, Vitória tem um número muito pequeno de imóveis cuja preservação é garantida pelo Estado: 20, dos quais quatro foram tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o restante pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC).

Se é assim, não é porque não temos outras edificações que precisamos conservar. Em 1978, a arquiteta Helena Maria Gomes fez para a então Fundação Jones dos Santos Neves um estudo no qual propunha o tombamento de 33 imóveis na capital. Mais tarde, ela faria para o Departamento Estadual de Cultura um projeto de preservação de 84 imóveis em Vitória e em outros municípios do Estado.

A proposta foi encaminhada ao CEC em 82. De lá para cá, três casas histórias foram demolidas (na Rua Muniz Freire, lembram-se?). Os prédios religiosos e oficiais foram tombados. E continuam dormitando nos armários e gavetas do Conselho os processos de tombamento de 14 imóveis, todos particulares.

"Resolvemos tomba primeiro" — conta o secretário do CEC, Fernando Achiamé — "os bens públicos porque é mais fácil, basta comunicar não tem necessidade de notificação. Depois, tombamos os bens de um particular especial, que é a Igreja, que não teria nenhum prejuízo com o tombamento. Quanto aos demais particulares, achamos melhor deixar a sua preservação a cargo do PDU".

O Conselho demorou quatro anos para perceber que poderia agir independentemente dos órgãos municipais. Em meados de 86, formou uma equipe a qual incumbiu de levantar a situação dos 14 imóveis,

com vistas à sua preservação. Aguardam-se agora os resultados desse levantamento para instruir os processos de tombamento e se começar a notificar os proprietários.

Tombar sem desapropriar

Em nível municipal, a julgar pelas declarações do prefeito Hermes Laranja, as coisas podem até andar mais rapidamente. No Plano Diretor Urbano (PDU), já estão relacionados "as edificações, obras e monumentos de interesse sócio-cultural". Até então, a Prefeitura não podia tombá-los em função do acréscimo feito na lei, quando de sua aprovação em 84.

Os vereadores introduziram na legislação uma emenda que condicionava o tombamento dos bens à sua desapropriação. O texto original foi restabelecido pelo atual prefeito em novembro do ano passado. E ele diz que já está empenhado em conseguir recursos para a restauração:

"Estive na semana passada com Roberto Marinho, e a receptividade foi boa. Ele pediu um projeto para que o assunto seja estudado tanto pela Fundação Roberto Marinho como pela Fundação Pró-Memória. Esse projeto já começou a ser elaborado porque precisamos preservar Vitória, que está muito descaracterizada".

Hermes acredita que "talvez em março" os proprietários dos imóveis que estão na relação constante do PDU sejam notificados. A técnica Maria da Silva Oliveira, chefe da Divisão de Projetos Urbanísticos, lembra que "o tombamento não implica em perda de domínio".

"O proprietário" — afirmou — "pode reformar ou dar outro uso ao imóvel desde que mantenha as suas principais características. Ninguém é lesado com o tombamento porque o imóvel pode continuar sendo usado da forma que o seu dono quiser. A situação desses bens está sendo levantada para se iniciar a notificação. Não podíamos fazer isso antes por causa da exigência de desapropriar. E a municipalidade não tinha, como não tem, interesse nenhum em ter a posse desses imóveis. Ela só deseja preservá-los".

A história ao vivo

Mas por que preservar? O arquiteto Fernando Betarello responde: "Quando você leva um estudante de Arquitetura para ver um prédio neoclássico ou art nouveau, ele está aprendendo história ao vivo. Ele está vendo o retrato de uma determinada sociedade no físico. Na verdade, não estamos preservando apenas prédios. E sim os momentos mais significativos da história de uma sociedade".

Ainda tem quem pense que a preservação do patrimônio é algo conservador. Infelizmente, a questão é extremamente incompreendida no Brasil. Somos um país onde sempre se deu pouquíssima chance à história. Vejamos o caso de Rui Barbosa, um dos mais festejados de nossos intelectuais: ele foi o responsável pela queima do mais importante acervo de documentos sobre a escravidão.

O Espírito Santo e Vitória, por sua vocação turística, tinham tudo para ter uma política de defesa de seu patrimônio cultural. Mas, ao invés de tentarem conter a sua destruição, as nossas autoridades têm sido as primeiras a dar o mau exemplo.

"O Poder Público é a maior ameaça à preservação", constata Fernando Achiamé, citando fatos. "Desde 83, gestionamos junto à Emcatur para pelo menos restaurar a fachada do Mercado da Capixaba, e nada. Um projeto oficial da área de transporte coletivo, o Transcol, previa a derrubada de um sobrado na Dionísio Rosendo. A Assembléia Legislativa queria comprar uma casa histórica na Rua Muniz Freire para fazer um estacionamento, como fez o Tribunal de Justiça. Tentamos há tempo fazer com que a Secretaria da Fazenda restaure o antigo prédio da Secretaria de Administração, sem êxito. E nós temos que estar sempre atentos para a situação não piorar".

Com um pé no futuro

Não se pode dizer que não houve progresso, contudo. Estamos muito longe de chegar ao nível dos países europeus, por exemplo. Lá, sabe-se há séculos que preservar os bens culturais de um povo é prova de modernidade. Quem demonstra isto melhor do que qualquer outra nação é a Espanha, o país mais desenvolvido do mundo no campo do turismo.

Mesmo assim, tivemos algum avanço no Estado. Desde 82, quando se iniciou uma campanha na imprensa em favor da defesa de nossos marcos culturais, até hoje, dezenas de imóveis foram tombados pelo Conselho de Cultura. Mas tomba só não adianta. É necessário restaurá-los e conservá-los.

O problema é que não existe no Estado qualquer órgão responsável por isso. O Conselho apenas inscreve os bens imóveis e móveis no Livro-Tombo. A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) não tem por aqui nenhuma atuação efetiva. E as Prefeituras pouco ou nada têm feito.

Dai a esperança de que a iniciativa da Prefeitura de Vitória tenha um happy end, desfecho raro quando se trata do patrimônio histórico. Esperança que aumenta na medida em que o reitor da Ufes José Antônio Saadi Abi-Zaid anuncia a concretização do prédio da antiga Faculdade de Filosofia para o Governo do Estado "até metade de fevereiro". A transferência custará aos cofres estaduais cerca de Cz\$ 6 milhões e será feita, segundo o reitor, "sob uma condição sine qua non". A restauração e recuperação do imóvel.

Tomara que gestos assim se multipliquem. Não porque seja desejável uma eventual volta ao passado. Mas porque, para lembrar a música da Legião Urbana, é preciso preservar a história para se entrar com pé direito no futuro que aí está. Aliás, nunca é demais repetir que é impossível ser contemporâneo sem conhecer e entender o que já aconteceu.